

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Segundo o *Relatório Anual sobre o Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e Entidades Convencionadas – 2016*, divulgado pelo Governo no passado mês de Agosto, o número de utentes sem médico de família atribuído desceu de 1.819.248, em 2011, para 1.044.945, em 2015, o que representa uma diminuição de 42,6%.

A referida redução não surpreende em face do enorme esforço realizado pelo anterior Governo para a contratação de médicos de família, como o demonstra a abertura de oito concursos nacionais, num total de 1.082 vagas abertas, tendo sido nesse período contratados todos os médicos de Medicina Geral e familiar disponíveis no País.

Sucedo que, de acordo com o *Portal do SNS*, em agosto de 2017 existiam em Portugal continental 923 mil utentes inscritos sem médico de família atribuído, o que significa que, desde 2015, se verificou uma redução de, apenas 121 mil utentes.

Acresce que este ano se verificou um incompreensível atraso na abertura de concursos para médicos de Medicina Geral e Familiar, o que impediu, por largos meses, a possibilidade de contratação dos 291 médicos que terminaram em Abril passado a especialização em Medicina Geral e Familiar, assim comprometendo a atribuição de médico de família a muitos milhares de portugueses.

Com efeito, apenas no passado dia 7 de setembro foi publicado em *Diário da República* o Aviso n.º 10362/2017, a determinar a abertura de concurso nacional para o preenchimento de 290 postos de trabalho para a categoria de assistente em medicina geral e familiar.

Na região de Saúde de Lisboa e vale do Tejo, o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Lezíria, que engloba nove concelhos (Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã,

Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém) e presta cuidados de saúde primários a uma população de cerca de 200 mil utentes, é um dos mais expressivos exemplos dessa falta de médicos de família.

Na verdade, é a própria informação institucional da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo a reconhecer que “Dos cerca de 200.000 utentes, 17% não possui médico de família atribuído - 34.316, sendo os concelhos de Salvaterra de Magos, Almeirim e Rio Maior os que maior lista de espera têm.” Estima-se mesmo que no concelho de Salvaterra de Magos existam 12 mil utentes sem médico de família atribuído, o que representa 54,2%% da população local, em Almeirim 6 mil utentes sem médico de família, isto é, 25,7% da população desse concelho, na Chamusca 3.750, ou seja, 37,1% dos residentes nesse concelho, no Cartaxo 2,2 mil e em Rio Maior 3,8 mil utentes sem médico de família.

Trata-se de uma situação muito penalizadora da acessibilidade dos utentes do Serviço Nacional de Saúde aos cuidados de saúde públicos, para mais agravada pelo já referido incompreensível atraso do Governo na abertura de concursos, o que, aliás, tem gerado uma forte preocupação nos utentes da saúde naquela região.

Cumprindo finalmente ter presente que, de acordo com o Anexo I do já referido Aviso n.º 10362/2017, o número de postos a preencher no ACES Lezíria será em qualquer caso manifestamente insuficiente para fazer face às necessidades locais, como o quadro seguinte exemplifica:

Concelho	População (2011)	Lugares de MF a preencher	Utentes do SNS sem MF	% da população sem MF	Utentes do SNS que continuarão sem MF
Salvaterra de Magos	22.159	4	12.000	54,2%	4.400
Almeirim	23.376	2	6.000	25,7%	2.200
Rio Maior	21.192	1	3.800	17,9%	1.900

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados requerem, através de V.ª Ex.ª, que o Senhor Ministro da Saúde, responda às seguintes questões:

1. Quando prevê o Governo que os postos de trabalho abertos a concurso pelo Aviso n.º 10362/2017, estejam efetivamente preenchidos?
2. Porque razão não previu o Governo a abertura de vagas suficientes para a categoria de assistente, área de medicina geral e familiar, designadamente no Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria, em especial nas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados de Salvaterra de Magos, de Almeirim e de Rio Maior?
3. Como e quando tenciona o Governo atribuir médico de família aos 8.500 utentes da saúde dos concelhos de Salvaterra de Magos, Almeirim e Rio Maior que continuarão sem acesso a esses clínicos, mesmo após o preenchimento dos postos de trabalho abertos a concurso pelo Aviso n.º 10362/2017?

Palácio de S. Bento, 22 de setembro de 2017

Palácio de São Bento, 22 de setembro de 2017

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)

NUNO SERRA(PSD)

TERESA LEAL COELHO(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)

LUÍS VALES(PSD)